ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJAS

LEI MUNICIPAL Nº 005 DE 27 DE MARÇO DE 1989

INSTITUI o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos(IVV) e sobre a Transmissão "Intervivos" (ITBI) e dá outras providências.

Eu, AMÓS PEREIRA BRAGA, Prefeito Municipal de Codajás, Estado do Amazonas,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Mucipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Passam a integrar o Sistema Tributário do Município de Codajás, além daqueles estabelecidos na Lei nº 1496, de 29/12/81, os seguintes impostos:

I - Impostos sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVV);

II - Imposto sobre a Transmissão "Intervivos" a qualquer Título por Ato Oneroso de Bens Imóveis (ITBI).

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A VENDA A VAREJO

DE COMBUSTÍVEIS SÍQUIDOS E GASOSOS

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 2º - O Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVV), incide sobre a venda destes produtos, a varejo, efetuada por qualquer estabelecimento.

Parágrafo Único - Entende-se por venda a varejo, a efetuada diretamente ao consumidor, independente da quantidade, de forma de acondicionamento dos produtos vendidos.

SEÇÃO II

DA NÃO INCIDÊNCIA

Artigo 3º - O imposto não incide sobre a venda de óleo diesel.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Artigo 4º - À base de cálculo do imposto é o preço de venda a varejo dos produtos referidos no artigo 3º.

§ 1º - Na falta do preço referido neste artigo, à base de cálculo será o preço praticado pelo estabelecimento.

§ 2º - À base de cálculo do imposto não poderá ser inferior ao valor da aquisição do produto.

§ 3º - Não será excluído da base de cálculo, o valor relativo ao abatimento e descontos.

§ 4º - Integram, também, à base de cálculo, os valores relativos as despesas de frete, seguros e quaisquer outras debitadas pelo fornecedor ao destinatário.

SEÇÃO IV

DA ALÍQUOTA

Artigo 5º - A Alíquota do imposto é de 03% (Três por cento).

SEÇÃO V

DO CONTRIBUINTE

Artigo 6º -Contribuinte do imposto é àquele de realiza a venda a varejo.

Parágrafo Único - Cada um dos estabelecimentos permanentes ou temporários do contribuinte, será considerada automaticamente para efeito de cumprimento das obrigações relativas ao imposto.

Artigo 7º - São responsáveis pelo recolhimento do imposto devido pelas vendas a varejo, promovido por contribuintes na qualidade substituto, o distribuidos, atacadista e o produtor de combustíveis líquidos e gasosos.

Artigo 8º O imposto lançado por homologação, será calculado pela aplicação da alíquota na base de cálculo, e recolhido na forma e prazo previstos em regulamento.

Artigo 9º - O Poder Executivo poderá instituir o Sistema de Antecipação do recolhimento do imposto ou regime de retenção na fonte, adotar regimes especiais de tributação, bem como, estabelecer critérios para estimativa e arbitramento de sua base de cálculos.

CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES

Artigo 10º - O imposto sobre vendas a Varejo de combustíveis Líquidos e Gasosos (IVV), quando não recolhido no prazo regulamentar, além da atualização monetária nos termos fixados pelo Governo Federal e dos juros de mora, será acrescido da multa de:

I - 20%(VINTE POR CENTO) do valor do imposto, se recolhido após o prazo regulamentar e antes de qualquer procedimento fiscal;

II - 100(CEM POR CENTO) do valor do imposto não recolhido no prazo regulamentar, relativo as operações devidamente escrituradas no livro fiscal, se apurado mediante ação fiscal;

III - 200(DUZENTOS POR CENTO) do valor do imposto não recolhido no prazo regulamentar, relativo as operações não escrituradas no livro fiscal, se apurado mediante ação fiscal;

IV - 300(TREZENTOS POR CENTO) do valor do imposto, se o contribuinte substituto deixar de retê-lo na fonte, apurado mediante ação fiscal;

V - 400%(QUATROCENTOS POR CENTO) do valor do imposto retido na fonte e não recolhido no prazo regulamentar aos cofres do município, apurado mediante ação fiscal;

VI - 05(CINCO) vezes o valor da Unidade Fiscal do Município,na falta de emissão de documento fiscal;

VII - 03(TRÊS) vezes o valor da Unidade Fiscal do Município, no descumprimento de outras obrigações tributárias acessórias, não especificadas neste artigo.

Parágrafo Único - Se o crédito tributário pertinente ao imposto for' pago até o 30º(trigésimo) dia, contados da data do vencimento ou da data do encerramento da ação fiscal, a multa será reduzida em 50%(cinquenta por cento) do seu valor.

CAPÍTULO IV

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTERVIVOS" DE BENS IMÓVEIS

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 11º - O imposto sobre a transmissão "Intervivos", a qualquer título, por ato oneroso de Bens Imóveis, incide sobre:

I - A transmissão, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acssão física, conforme definidos na lei civil;

II - A transmissão, a qualquer título, de direitos, reais sobre imó - veis, exceto os de garantia;

III - A cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos ' incisos anteriores.

SEÇÃO II

DA NÃO INCIDÊNCIA

Artigo 12º - O imposto não incide sobre a transmissão de bens e di -' reitos, quando:

I - Realizada para incorporação ao patrimônio de pessoas jurídicas, em pagamento de capital nela escrito;

II - Decorrente de fusão, incorporação, cisão, ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica ' adquirente tiver como atividade prepoderante a compra e venda de bens imóveis ou arrecadamento mercantil.

§ 2º - Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando ' mais de 50%(cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica ' adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos posteriores à aquisição, de-' correr de transações mencionada no parágrafo anterior.

§ 3º - Se a pessoa jurídica adiquirente iniciar atividades após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela, apurar-se-á preponderância referida no parágrafo anterior, levando-se em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 4º - Verificada a preponderância referida no parágrafo 1º, o imposto será devido nos termos da presente Lei, à data da aquisição, calculado sobre o valor do bem ou direito naquela data, corrigida a expressão monetária da base de cálculo, para o dia do vencimento do crédito tributário respectivo.

SEÇÃO III

DA ISENÇÃO

Artigo 13º - São isentas do imposto:

I - A aquisição, por funcionário público municipal, de imóvel para seu uso próprio, desde que não possua nenhum outro;

II - As transmissões de habitação populares, bem como, de terrenos destinados à sua edificação, cujas especificações serão definidas em regulamento.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO

Artigo 14º - A base de cálculo do imposto é valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

Artigo 15º - A base de cálculo será determinada pela administração tributária, através de avaliação feita como base nos elementos de que dispuser e ainda nas declarações do sujeito passivo.

Parágrafo único - Na avaliação serão considerados dentre outros, os seguintes elementos, quanto ao imóvel:

I - Forma, dimensão e utilidade;

II - Localização;

III - Estado de conservação;

IV - Valores das áreas vizinhas ou situadas em zona economicamente equivalente;

V - Custo utilitário de construção;

VI - Valores aferidos no mercado imobiliário.

SEÇÃO V

DO CONTRIBUINTE

Artigo 16º - O contribuinte do imposto é o adquirente do bem ou direito.

Artigo 17º - Respondem solidariamento pelo pagamento do imposto:

I - O Transmitente;

II - O Cedente;

III - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários do ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados em razão de seu ofício ou pelos omissões de que forem responsáveis.

SEÇÃO VI

DA ALÍQUOTA

Artigo 18º - A alíquota do imposto é de 2%(dois por cento).

SEÇÃO VII

DO PAGAMENTO

Artigo 19º - O pagamento do imposto será efetuado na forma e prazo estabelecidos em regulamento.

Artigo 20º - Nas transações em que configurarem como adquirentes ou cessionário, pessoas imunes ou isentas, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão expedida pela autoridade fiscal, conforme dispuser o regulamento.

SEÇÃO VIII

DAS PENALIDADES

Artigo 21º - O adquirente ou transmitente, bem como, os seus procuradores que assinarem escrituras ou procurações e substabelecimentos em causa própria de propriedade de imóvel, dos quais, constem o preço da operação, ficam sujeitos cada um, a multa de 20%(vinte por cento) da diferença entre esses preços.

§ 1º - A igual pena ficam sujeitos so que para se eximirem ao pagamento do imposto, deixarem de mencionar os frutos pendentes e outros bens tributáveis transmitidos juntamente com a propriedade.

§ 2º - Se, em qualquer tempo, for descoberta transmissão sujeita ao imposto, sem que este tenha sido pago, a repartição fiscal poderá recebê-lo acrescido de multa de 20%(vinte por cento) do valor dos bens transmitidos, desde que as partes se prontifiquem ao pagamento e desistam, em documento escrito, de recurso administrativo ou judicial.

§ 3º - A multa será imposta em partes iguais, ao adquirente e ' transmitente, quando se tratar de compra e venda e nos, demais casos entre os' interessados que tenham concorrido para a fraude. Se os bens de um dos infratores não bastarem para pagamento do imposto e multa, esses recairão inteiramente sobre o outro culpado.

Artigo 22º - Nos procedimentos judiciais, não sendo o pagamento do imposto efetuado no prazo estabelecido no regulamento, será ele acrescido ' da multa de 30%(trinta por cento).

Artigo 23º - Sujeitam-se a penalidade de 03(três) vezes o valor do imposto devido e não recolhido, os escrivães de notas e de registro de imóveis que não obedecerem as disposições do artigo 22º.

Parágrafo Único - A penalidade estabelecida neste artigo é estensiva aos serventuários da justiça que não facilitarem aos agentes fiscais, em Cartório, o exame de livros, autos e demais documentos que interessarem à arrecadação e fiscalização do imposto.

Artigo 24º - As demais infrações referentes ao imposto, para as quais não estejam fixadas penas específicas, serão punidas com a multa de 02 (duas) vezes o valor do imposto exigível.

Parágrafo Único - Para as infrações cujo valor do imposto possa' servir de base, a pena será de 05(cinco) Unidades Fiscais do Município(UFM).

Artigo 25º - As penalidades estabelecidas nesta Seção, serão impostas, dentro de sua esfera de competência, eplo Secretário de Economia e Finanças e, pelas Autoridades Judiciais.

SEÇÃO IX
DA FISCALIZAÇÃO

Artigo 26º - Sem a transcrição do documento comprobatório de pagamento do imposto devidamente visado pelo Órgão Municipal competente e da Cer

tidão Negativa de Débitos, para com a Fazenda Municipal, não poderão:

I - Os escrivães e tabeliães de Notas, lavrar escrituras de transmissão de Imóveis e de direitos à eles relativos.

II - Os escrivães poderão extrair Carta de Arrematação, adjudicação ou remissão, nem Certidão declaratória de usucapião.

Artigo 27º - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis, ficam obrigados a facilitar a fiscalização da Fazenda Municipal, exame em Cartório dos livros, registros e outros documentos, e lhe fornecer gratuitamente, quando solicitadas, certidões de atos que forem lavrados, transcritos, averbados ou inscritos, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Artigo 28º - Não se expedirão Alvarás autorizados a sub-rogação de bens de qualquer natureza, sem que o setor competente da Prefeitura Municipal, seja ouvido sobre a avaliação dos bens e o imposto a ser cobrado.

Artigo 29º - Nas cartas de arrematação, adjudicação e remissão, deverão constar a transcrição do documento comprobatório de pagamento do imposto e da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30º - Os modelos dos documentos fiscais necessários à informação e recolhimento dos impostos, bem como, a forma e prazo de emissão e escrituração, serão objeto de regulamento, a ser baixado pelo Poder Executivo.

Artigo - Enquanto não fixado em regulamento, o prazo de recolhimento do IVV, será de até o último dia útil do decêndiosubsequente a quinzena do fato gerador.

Artigo 32º - No caso de impugnação do lançamento, ou de dúvida na interpretação destes procedimentos estabelecidos nesta Lei, aplicam-se, no que couber, os procedimentos processuais administrativos, estabelecidos para os demais tributos de competência do Município.

Artigo 33º - A matéria de direita formal não abrangida por esta Lei, será estabelecida por regulamento.

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS

Artigo 34º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do 31º(trigésimo primeiro) dia subsequente ao dia da publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS, em 27 de março de 1989.

AMÓS PEREIRA BRAGA
Prefeito Municipal